



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11550/2019

Sumário: Determina que o Centro de Estudos Judiciários inicie as diligências necessárias à abertura de curso de formação adequado ao desenvolvimento das capacidades e aquisição de competências técnicas para o exercício de funções de juiz presidente do tribunal de comarca, de juiz presidente em tribunal administrativo de círculo, de magistrado do Ministério Público coordenador e de administrador judiciário.

Nos termos da Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto) e no âmbito da gestão dos tribunais judiciais de primeira instância, cumpre garantir a formação dos magistrados judiciais, dos magistrados do Ministério Público e dos oficiais de justiça que asseguram a constituição dos conselhos de gestão das comarcas.

Na mesma linha, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro) estabelece que a nomeação para o exercício das funções de presidente em tribunais administrativos de círculo pressupõe a habilitação prévia com curso de formação próprio.

Face ao exposto, determino:

1 — Que o Centro de Estudos Judiciários inicie todas as diligências necessárias à abertura de curso de formação adequado ao desenvolvimento das capacidades e aquisição de competências técnicas para o exercício de funções de juiz presidente do tribunal de comarca, de juiz presidente em tribunal administrativo de círculo, de magistrado do Ministério Público coordenador e de administrador judiciário.

2 — Fixo em 130 o limite total de vagas, distribuídas do seguinte modo:

- i) 30 destinadas a juizes presidentes do tribunal de comarca;
- ii) 15 destinadas a juiz presidente em tribunal administrativo de círculo;
- iii) 45 destinadas a magistrados do Ministério Público, sendo 30 na jurisdição comum e 15 na jurisdição administrativa;
- iv) 40 administradores judiciários.

3 — Nos termos da Portaria n.º 46/2017, de 31 de janeiro, os procedimentos prévios de seleção dos formandos ficam a cargo, respetivamente, do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos, do Conselho Superior do Ministério Público e da Direção-Geral da Administração da Justiça.

27 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

312805358